PROJETO DE LEI Nº , DE 2014
(Do Sr. Alexandre Leite)

Acrescenta o artigo 392-D à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prorrogação da licença-maternidade para doadoras de leite materno.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 392-D. O prazo previsto no artigo 392 pode ser ampliado em até 30 (trinta) dias, desde que comprovada a condição de doadora de leite humano.

§1º Para ser considerada doadora para fins de prorrogação da licença-maternidade, a empregada deve doar o equivalente a meio litro de leite por mês.

§2º A condição de doadora deve ser atestada por banco oficial de leite antes do início da ampliação do prazo previsto no caput.

§3º Ao término do prazo previsto no caput, nova declaração por parte de banco oficial de leite informará se a empregada manteve a condição de doadora durante a prorrogação da licença.

§4º A declaração prevista no parágrafo anterior é condição para o recebimento do auxílio-maternidade.

§5º Na impossibilidade de doação durante a prorrogação da licença, regulamento definirá em quais

hipóteses, além da ocorrência de doença superveniente, a empregada fará jus ao recebimento do auxílio previsto no §4º.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O aleitamento materno é, sabidamente, fator decisivo para a saúde de nossas crianças durante a fase mais crítica do desenvolvimento humano: a primeira infância. Campanhas de esclarecimento e a licença maternidade colaboram para a disseminação do conhecimento e da importância da oferta do leite humano.

Contudo, por diversos motivos, algumas crianças podem ser privadas deste gesto de amor. Internações neonatais, dificuldades da mãe ou mesmo a orfandade são causas de privação do aleitamento materno.

Entre janeiro e outubro de 2014, segundo dados da Fundação Fio Cruz, 114.051 (cento e quatorze mil e cinquenta e uma) mulheres doaram o equivalente a 129.495 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e noventa e cinco) litros de leite materno para 126.305 (cento e vinte e seis mil trezentos e cinco) receptores.

O organismo da mãe é capaz de diariamente produzir 800ml (oitocentos mililitros) a 1,2l (um litro e duzentos mililitros) de leite humano. Contudo, a doação média no ano de 2014 foi de apenas 1,13l (um litro e cento e trinta mililitros).

O Estado da Federação com maior média de doação por doadora no ano de 2014 é o Distrito Federal, maior que o triplo da média nacional: 3,04l(três litros e quarenta mililitros).

Pensando na qualidade de vida dos pequenos brasileiros e brasileiras, o Poder Público deve promover política agressiva para abastecer os estoques da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano.

Muito pode ser feito para ampliar a base de doadoras e também o volume de leite humano doado. Neste sentido, propomos medida que une valores muito caros às famílias: o desejo materno de permanecer mais

tempo com o recém-nascido e a importância da solidariedade na construção de uma sociedade mais saudável.

Para tanto, propomos a ampliação da licença maternidade por mais 30 (trinta) dias, observadas as seguintes condições: a empregada em gozo da licença maternidade deve requerer a prorrogação da licença comprovando já ser doadora de leite materno. O recebimento do auxílio-maternidade do período prorrogado é condicionado à comprovação da permanência da condição de doadora ou a ocorrência de circunstância impeditiva superveniente prevista em regulamento.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos Ilustres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Alexandre Leite